



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Judiciário

Área Judiciária

Caderno de Prova, Cargo A01 , Tipo 001
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

**Português
Conhecimentos Específicos
Redação Oficial**

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para rascunho da redação oficial.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Redação.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e o Caderno de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto seguinte.

Caso de injustiça

Quando adolescente, o poeta Carlos Drummond de Andrade foi expulso do colégio onde estudava. A razão alegada: “insubordinação mental”. O fato: o jovem ganhara uma nota muito alta numa redação de Português, mas o professor, ao lhe devolver o texto avaliado, disse-lhe que ele talvez não a merecesse. O rapaz insistiu, então, para que lhe fosse atribuída uma nota conforme seu merecimento. O caso foi levado ao diretor da escola, que optou pela medida extrema. Confessa o poeta que esse incidente da juventude levou-o a desacreditar por completo, e em definitivo, da justiça dos homens.

Está evidente que a tal da “insubordinação mental” do rapaz não foi um desrespeito, mas uma reação legítima à restrição estapafúrdia do professor quanto ao mérito que este mesmo, livremente, já consignara. O mestre agiu com a pequenez dos falsos benevolentes, que gostam de transformar em favor pessoal o reconhecimento do mérito alheio. Protestando contra isso, movido por justa indignação, o jovem discípulo deu ao mestre uma clara lição de ética: reclamou pelo que era o mais justo. Em vez de envergonhar-se, o professor respondeu com a truculência dos autoritários, que é o reduto da falta de razão. E acabou expondo o seu aluno à experiência corrosiva da injustiça, que gera ceticismo e ressentimento.

A “insubordinação mental”, nesse caso, bem poderia ter sido entendida como uma legítima manifestação de amor-próprio, que não pode e não deve subordinar-se à agressividade dos caprichos alheios. Além disso, aquela expressão deixa subentendido o mérito que haveria numa “subordinação mental”, ou seja, na completa rendição de uma consciência a outra. O que se pode esperar de quem se rege pela cartilha da completa subserviência moral e intelectual? Não foi contra esta que o jovem se rebelou? Por que aceitaria ele deixar-se premiar por uma nota alta a que não fizesse jus?

Muitas vezes um fato que parece ser menor ganha uma enorme proporção. Todos já sentimos, nos detalhes de situações supostamente irrelevantes, o peso de uma grande injustiça. A questão do que é ou do que não é justo, longe de ser tão-somente um problema dos filósofos ou dos juristas, traduz-se nas experiências mais rotineiras. O caso do jovem poeta ilustra bem esse gosto amargo que fica em nossa boca, cada vez que somos punidos por invocar o princípio ético da justiça.

(Saulo de Albuquerque)

1. Ao comentar esse “caso de injustiça”, o autor do texto está sublinhando, fundamentalmente, a importância
 - (A) de que se deve revestir toda medida pedagógica, no trato com as reações temperamentais dos jovens rebeldes.
 - (B) que se deve atribuir, em qualquer situação, à responsabilidade ética de se preservar o que é efetivamente justo.
 - (C) de se experimentar o peso do que é injusto, para então se chegar à convicção de que a justiça é possível e necessária.
 - (D) de se considerar segundo as circunstâncias aquilo que é justo, pois não há nenhum princípio de justiça que seja duradouro.
 - (E) que reside nas demonstrações de benevolência, sobretudo naquelas em que se explicita a intenção de generosidade.

2. Considere as seguintes afirmações:
 - I. Embora a reação do rapaz tenha de fato configurado, para o autor do texto, um caso intolerável de “insubordinação mental”, considerou este extremamente injusta a medida disciplinar adotada.
 - II. O que há de positivo e desejável numa “subordinação mental” desaparece, segundo o autor do texto, quando esta é efeito de uma imposição autoritária.
 - III. Mesmo a experiência das pequenas injustiças pode ser decisiva, pois a partir delas é possível formar-se a convicção de que o que é verdadeiramente justo não tem lugar nas ações humanas.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

 - (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.

3. Considerando-se o contexto do segundo parágrafo, traduz-se corretamente o sentido de uma frase ou expressão em:
 - (A) *restrição estapafúrdia* = restringência disparatada.
 - (B) *a pequenez dos falsos benevolentes* = a diminuição dos contumazes generosos.
 - (C) *o reduto da falta de razão* = o exílio da irracionalidade.
 - (D) *experiência corrosiva da injustiça* = vivência do agressivamente injusto.
 - (E) *gera ceticismo e ressentimento* = acarreta incredulidade e dissentimento.

<p>4. No contexto do terceiro parágrafo, a expressão</p> <p>(A) “subordinação mental” indica a qualidade de quem não transige na administração do amor-próprio.</p> <p>(B) “subordinação mental” indica a reação de quem vai de encontro ao que determina a cartilha da completa subserviência.</p> <p>(C) “insubordinação mental” indica a qualidade de quem vai de encontro ao que determina seu amor-próprio.</p> <p>(D) “insubordinação mental” indica a reação de quem não se envergonha de contestar o outro de modo truculento e autoritário.</p> <p>(E) “insubordinação mental” indica a reação de quem vai de encontro à ação caprichosa e autoritária do outro.</p>	<p>7. Transpondo-se para outra voz verbal a frase, a forma verbal resultante será</p> <p>Preenchem corretamente as lacunas da frase acima apresentada, respectivamente:</p> <p>(A) o poeta foi expulso do colégio / expulsou-se.</p> <p>(B) que lhe fosse atribuída uma nota / se atribuisse.</p> <p>(C) o mérito que este já consignara / tinha consignado.</p> <p>(D) deu ao mestre uma clara lição / foi dado.</p> <p>(E) acabou expondo seu aluno / acabou sendo exposto.</p>
<p>5. Está clara e correta a redação do seguinte comentário sobre o texto:</p> <p>(A) Podem ganhar proporções desmesuradas todo fato que, embora aparentemente pequeno, acaba formando uma grande convicção em face de um valor de alta permanência.</p> <p>(B) O autor não se furta em compactuar com o jovem aluno, em razão de terem ambos o mesmo procedimento diante do incidente gerado a partir do professor de Português, que redundou na expulsão da escola.</p> <p>(C) A referência ao gosto amargo que fica em nossa boca diz respeito às marcas da injustiça, o que trazem para nós esse ressentimento de quem não sabe se comprazer de algum princípio ético.</p> <p>(D) Sempre haverá aqueles que se valem de ações supostamente generosas para incutir no beneficiário delas não a convicção do que é justo, mas a obrigação do reconhecimento de um débito moral.</p> <p>(E) Não é preciso que se premie o mérito, o que é preciso é reconhecê-lo na justa medida do merecimento, sem o que se arrisca a transformá-lo numa dívida insondável, por parte de quem o premiou.</p>	<p>8. É adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:</p> <p>(A) Apenas uma avaliação justa de sua redação – eis tudo <u>o que</u> o jovem Drummond aspirava.</p> <p>(B) “Insubordinação mental” foi a justificativa <u>à qual</u> recorreu a direção da escola para expulsar o adolescente.</p> <p>(C) “Subordinação mental” é a expressão <u>à que</u> chega o autor, subentendendo o sentido de uma outra.</p> <p>(D) Entendendo o rapaz que não fazia jus <u>aquela</u> nota, solicitou ao professor uma nova avaliação.</p> <p>(E) O caso narrado deixa claro <u>de que</u> pequenas injustiças podem gerar grandes ressentimentos.</p> <p>9. Considere as seguintes afirmações:</p> <p>I. O jovem foi expulso do colégio.</p> <p>II. A razão alegada foi “insubordinação mental”.</p> <p>III. O jovem deixou de crer na justiça dos homens.</p> <p>Essas afirmações estão articuladas de modo correto e coerente no seguinte período:</p> <p>(A) Com a alegação de que houvera “insubordinação mental” do jovem, expulsaram-no do colégio, e ele deixou de crer na justiça humana.</p> <p>(B) O jovem, que deixou de crer na justiça dos homens, porque lhe alegaram “insubordinação mental”, foi expulso do colégio.</p> <p>(C) Por ter sido alegada “insubordinação mental”, o jovem deixou de crer na justiça dos homens, tendo sido expulso do colégio.</p> <p>(D) Embora tenha sido alegada a “insubordinação mental”, o jovem deixou de crer na justiça dos homens, mesmo porque fora expulso do colégio.</p> <p>(E) Expulso do colégio, tendo em vista que a razão alegada foi “insubordinação mental”, o jovem ainda assim deixou de crer na justiça humana.</p>
<p>6. As normas de concordância verbal encontram-se plenamente atendidas na frase:</p> <p>(A) Não pode subordinar-se à eventual agressividade dos caprichos alheios aqueles que têm em alta conta o seu amor-próprio.</p> <p>(B) Não se esperem daqueles que se entregam aos rompantes da truculência qualquer gesto inspirado pelo sentimento de justiça.</p> <p>(C) Podem ficar em nossa boca, mais do que o gosto amargo da injustiça eventual, os travos da amargura e do ceticismo definitivos.</p> <p>(D) A repetição de pequenas experiências da injustiça costumam, com frequência, dar ensejo a convicções profundas e duradouras.</p> <p>(E) São negativos todos os ensinamentos de que derivam, em vez da confiança nos princípios, a descrença quanto aos valores morais.</p>	<p>10. Está inteiramente correta a pontuação da frase:</p> <p>(A) Nesse caso, a suposta “insubordinação mental” do jovem, bem poderia ter sido entendida como de fato uma legítima manifestação de seu amor-próprio.</p> <p>(B) Esse mestre de Português, do jovem Drummond, acabou por lhe dar em vez de uma nota alta, uma lição inesquecível de grande injustiça.</p> <p>(C) Houve grande dignidade, na reação do jovem quando descontente com a fala do professor, insurgiu-se contra o mestre.</p> <p>(D) A questão do que é ou do que não é justo não constitui, exclusivamente, um problema dos filósofos ou juristas, pois concerne à prática de todos.</p> <p>(E) A medida extrema da expulsão foi, segundo Drummond decisiva, para que ele a partir de então deixasse de crer na justiça dos homens.</p>

Atenção: As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto seguinte.

Falamos o idioma de Cabral?

Se é que Cabral gritou alguma coisa quando avistou o monte Pascoal, certamente não foi “terra ã vishta”, assim, com o “a” abafado e o “s” chiado que associamos ao sotaque português. No século XVI, nossos primos lusos não engoliam vogais nem chiavam nas consoantes – essas modas surgiram no século XVII. Cabral teria berrado um “a” bem aberto e dito “vista” com o “s” sibilante igual ao dos paulistas de hoje. Na verdade, nós, brasileiros, mantivemos sons que viraram arcaísmos empoeirados para os portugueses.

Mas, se há semelhanças entre a língua do Brasil de hoje e o português antigo, há ainda mais diferenças. Boa parte delas é devida ao tráfico de escravos, que trouxe ao Brasil um número imenso de negros que não falavam português. “Já no século XVI, a maioria da população da Bahia era africana”, diz Rosa Virgínia Matos, lingüista da Universidade Federal da Bahia. “Toda essa gente aprendeu a língua de ouvido, sem escola”, afirma. Na ausência da educação formal, a mistura de idiomas torna-se comum e traços de um impregnam o outro. “Assim os negros deixaram marcas definitivas”, diz Rosa.

Também no século XVI, começaram a surgir diferenças regionais no português do Brasil. Num pólo estavam as áreas costeiras, onde os índios foram dizimados e se multiplicaram os escravos africanos. No outro, o interior, persistiam as raízes indígenas. À mistura dessas influências vieram se somar as imigrações, que geraram diferentes sotaques.

Mas o grande momento de constituição de uma língua “brasileira” foi o século XVIII, quando se explorou ouro em Minas Gerais. “Lá surgiu a primeira célula do português brasileiro”, diz Marlos Pessoa, da Universidade Federal de Pernambuco. A riqueza atraiu gente de toda parte – portugueses, bandeirantes paulistas, escravos que saíam de moinhos de cana e nordestinos. Ali, a língua começou a uniformizar-se e a exportar traços comuns para o Brasil inteiro pelas rotas comerciais que a exploração do ouro criou.

(Super Interessante. Almanaque de férias 2003. São Paulo, Abril, 2003, pp. 50-51)

11. Considere as seguintes afirmações:
- I. Atualmente, alguns sons que produzimos ao falar o português do Brasil não mais se produzem na língua falada pelos portugueses.
 - II. Escravos africanos e índios influenciaram, na mesma proporção e nas mesmas regiões, o falar do português brasileiro.
 - III. Apenas com a educação formal é que se constituiu o que se pode chamar de língua “brasileira”.
- Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em
- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.

12. Deve-se concluir, da leitura do texto, que no processo de formação e constituição de uma língua,
- (A) os fatores econômicos não têm peso decisivo.
 - (B) o aprendizado formal tem mais peso do que o informal.
 - (C) uma grande expansão comercial colabora em sua uniformização.
 - (D) a contribuição dos imigrantes tem pouca relevância.
 - (E) a célula geradora de sua uniformização é a prática da escrita.

13. Mas, se há semelhanças entre a língua do Brasil de hoje e o português antigo, há ainda mais diferenças.
- A frase acima conserva a correção e o sentido caso se substituam os elementos sublinhados, respectivamente, por
- (A) havendo semelhanças - haveria ainda mais diferenças.
 - (B) mesmo que haja semelhanças - há também diferenças.
 - (C) houvesse semelhanças - haveria também diferenças.
 - (D) no caso de haver semelhanças - as diferenças seriam mais numerosas.
 - (E) conquanto haja semelhanças - as diferenças são em maior número.

14. Considerando-se o contexto, na expressão *traços de um impregnam o outro* o fenômeno aí representado traduz uma
- (A) oposição entre falantes.
 - (B) interação de falares.
 - (C) predominância de um idioma.
 - (D) alternativa entre línguas.
 - (E) exclusão de sotaques.

<p>15. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do plural para preencher de modo correto a lacuna da seguinte frase:</p> <p>(A) A que palavras (ter) recorrido, naqueles longínquos tempos, o comandante dos portugueses que avistaram o monte Pascoal?</p> <p>(B) Não (importar) se foram estes ou aqueles povos que mais contribuíram para a constituição do português do Brasil; o que importa é especificar a contribuição.</p> <p>(C) Caso não (ter) havido as imigrações, nossa língua teria deixado de contar com um grande número de vocábulos.</p> <p>(D) Não (caber) à educação formal as iniciativas de constituição de uma língua; desta se encarregam os que a falam.</p> <p>(E) É preciso reconhecer o quanto (importar) o fluxo de imigrantes para a constituição do português que falamos atualmente.</p>	<p>18. Está correta a articulação entre os tempos e os modos verbais na frase:</p> <p>(A) Se Cabral tivesse gritado alguma coisa quando houvesse de avistar o monte Pascoal, certamente não foi “terra ã vishta”.</p> <p>(B) Na ausência da educação formal, a mistura de idiomas tornava-se comum e traços de um passavam a impregnar o outro.</p> <p>(C) À mistura dessas influências tinham vindo se somar as imigrações, que gerassem diferentes sotaques.</p> <p>(D) Mas o grande momento de constituição de uma “língua brasileira” passou a estar sendo o século XVIII, quando se explorara ouro em Minas Gerais.</p> <p>(E) A língua começou a uniformizar e a ficar exportando traços comuns para o Brasil inteiro pelas rotas comerciais que a exploração de ouro teve de estar criando.</p>
<p>16. Há falta ou ocorrência indevida do sinal de crase em:</p> <p>(A) Não é preciso agarrar-se à nenhuma teoria lingüística para se chegar à conclusão de que uma língua se constitui a partir de muitos intercâmbios com outras.</p> <p>(B) Ao se referir à língua de Cabral, o autor do texto lembra que, àquela época, certas sonoridades não eram estranhas às do português que se fala hoje no Brasil.</p> <p>(C) Assim, à primeira vista, não é fácil avaliar o que há de idêntico entre a prosódia brasileira e aquela que se verifica em Lisboa.</p> <p>(D) Tendo em vista a necessidade de se preservar a estrutura de uma língua, apela-se, com freqüência, às sistematizações da gramática normativa.</p> <p>(E) Daqui a um bom tempo, o português falado no Brasil poderá estar a uma considerável distância do que se fala hoje.</p>	<p>19. Está correta a flexão de todas as formas verbais na frase:</p> <p>(A) Não é verdade que os portugueses do século XV engulissem as vogais ou chiassem nas consoantes.</p> <p>(B) Sempre serão bem-vindos os imigrantes que chegarem ao Brasil, em qualquer época, e trazerem para nós as marcas de sua língua e de sua cultura.</p> <p>(C) Caso a incorporação de termos estrangeiros não convisse aos falantes de um idioma, estes não haveriam de os aproveitar.</p> <p>(D) Se alguém rever os textos do português arcaico, se espantará com a profusão de termos que ainda freqüentam a fala brasileira em muitas regiões do país.</p> <p>(E) Foram-se somando ao português do Brasil, ao longo dos séculos, os traços que advieram das línguas dos que para cá emigraram.</p>
<p>17. No contexto do segundo parágrafo, o elemento sublinhado na expressão</p> <p>(A) <i>boa parte <u>delas</u></i> está-se referindo ao elemento <i>semelhanças</i>.</p> <p>(B) <i><u>que</u> trouxe ao Brasil</i> está-se referindo ao elemento <i>diferenças</i>.</p> <p>(C) <i>Toda <u>essa gente</u></i> está-se referindo ao elemento <i>a maioria da população da Bahia</i>.</p> <p>(D) <i><u>que</u> não falavam</i> está-se referindo ao elemento <i>português</i>.</p> <p>(E) <i>impregnam <u>o outro</u></i> está-se referindo ao elemento <i>negros</i>.</p>	<p>20. <i>A língua começou a uniformizar-se e a exportar traços comuns para o Brasil inteiro pelas rotas comerciais que a exploração do ouro criou.</i></p> <p>Se na frase acima substituirmos a forma verbal <i>criou</i> pela forma <i>deu ensejo</i>, o termo <i>que</i> deverá dar lugar à expressão</p> <p>(A) a cujas.</p> <p>(B) de cujas.</p> <p>(C) de onde.</p> <p>(D) a que.</p> <p>(E) com que.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. No caso da licitação do tipo menor preço, após ordenar as propostas em ordem crescente dos preços propostos, constata-se empate entre três licitantes brasileiros que produzem o objeto do certame dentro do território nacional. Neste caso, a escolha do vencedor se dará

- (A) por sorteio, em ato público.
- (B) por critério de antigüidade.
- (C) de acordo com aferições técnicas e fiscais.
- (D) mediante a instauração de nova licitação.
- (E) de acordo com a melhor técnica e preço.

22. Em relação aos contratos administrativos, as cláusulas

- (A) essenciais são fixadas por meio de acordo celebrado entre as partes.
- (B) que fixam sua imutabilidade podem ser impostas pelo contratante, desde que com isso concorde a Administração.
- (C) exorbitantes se exteriorizam, dentre outras hipóteses, por meio da inoponibilidade da exceção do contrato não cumprido.
- (D) econômico-financeiras podem ser alteradas unilateralmente pelo particular, para melhor adequar o ajuste às finalidades públicas.
- (E) que estipulam a fiscalização pela administração, não possuem incidência se não previstas expressamente nos contratos.

23. No que tange às penalidades disciplinares previstas na Lei nº 8.112/90, a suspensão será aplicada, dentre outras hipóteses, quando o agente público

- (A) praticar ato de improbidade administrativa que resulte em prejuízo ao erário, caso em que ficará afastado até ressarcir integralmente os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.
- (B) praticar crime contra a administração pública, hipótese em que ficará afastado por período igual ao do cumprimento da pena na esfera penal.
- (C) ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato, não podendo a pena exceder de 30 dias.
- (D) acumular ilegalmente cargos, empregos ou funções públicas, não podendo a pena ultrapassar 30 dias.
- (E) reincidir nas faltas punidas com advertência, não podendo exceder de 90 dias.

24. Considere as seguintes proposições referentes ao direito de petição:

- I. A administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade.
- II. Desde que hajam novos argumentos, caberá pedido de reconsideração dirigido à autoridade superior àquela que tiver emitido o ato.
- III. Para o exercício do direito de petição, é assegurada vista do processo ou documento, na repartição, ao servidor ou procurador legalmente constituído.
- IV. O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição.

É correto APENAS o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) II e IV.

25. Tendo em vista as entidades da administração indireta considere:

- I. Capacidade de auto-administração; especialização dos fins ou atividades; e sujeição a controle ou tutela.
- II. Sujeição ao controle estatal; vinculação aos fins definidos na lei instituidora; e desempenho de atividade de natureza econômica.

Tais situações são características, respectivamente, das

- (A) organizações do terceiro setor; dos serviços sociais autônomos e agências reguladoras.
- (B) fundações; das organizações do terceiro setor e serviços sociais autônomos.
- (C) empresas públicas; das autarquias e agências reguladoras ou executivas.
- (D) autarquias; das sociedades de economia mista e empresas públicas.
- (E) sociedades de economia mista; das empresas públicas e fundações.

26. Em matéria de anulação e revogação dos atos administrativos, considere:

- I. Os efeitos da anulação de um ato administrativo sempre geram efeitos *ex tunc*, ou sejam, retroagem, às suas origens, vedado o reconhecimento de eventual efeito *ex nunc*, ou seja, a partir da anulação.
- II. A anulação do ato administrativo funda-se no poder discricionário da Administração para rever sua atividade interna e encaminhá-la adequadamente à realização de seus fins específicos.
- III. A revogação do ato administrativo é privativa da Administração, considerada esta quando exercida pelo Executivo e também pelos Poderes Judiciário e Legislativo em suas funções atípicas de Administração.
- IV. A anulação do ato administrativo pode ocorrer pela própria Administração, e também pelo Poder Judiciário, em sua função típica, desde que o ato seja levado a apreciação destes pelos meios processuais cabíveis que possibilitem o pronunciamento anulatório.

Nesses casos, é correto APENAS o que se afirma em:

- (A) I e II.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

27. Em relação ao ato administrativo, quanto ao seu conteúdo, é INCORRETO afirmar que poderá ser um ato

- (A) modificativo, o que tem, por fim alterar situações preexistentes, sem suprimir direitos ou obrigações.
- (B) declaratório, ou seja, que visa preservar direitos, reconhecer situações preexistentes ou, mesmo, possibilitar seu exercício.
- (C) abdicativo, como sendo aquele que põe termo, provisoriamente, à situações jurídicas individuais.
- (D) alienativo, como sendo aquele que opera a transferência de bens ou direitos de um titular a outro.
- (E) constitutivo, ou seja, o que cria uma nova situação jurídica individual para seus destinatários, em relação à Administração.

<p>28. Dentre outras, é peculiaridade marcante do poder disciplinar sua</p> <p>(A) diferenciação com o poder punitivo do Estado, realizado através da Justiça Penal.</p> <p>(B) correlação com o poder hierárquico, e assim confundir-se com este poder administrativo.</p> <p>(C) vinculação pela prévia definição da lei sobre a infração funcional e respectiva sanção e, portanto, não ter discricionariedade.</p> <p>(D) qualidade de ordenar, coordenar, controlar e corrigir as atividades administrativas no âmbito da Administração.</p> <p>(E) capacidade de condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício do Estado.</p>	<p>32. Considere as assertivas abaixo:</p> <p>I. O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos, os maiores de 65 anos e os maiores de 16 e menores de 18 anos de idade.</p> <p>II. O sufrágio é um direito público subjetivo de natureza política, que tem o cidadão de eleger, ser eleito e de participar da organização e da atividade do poder estatal.</p> <p>III. São direitos políticos, além de outros, a alistabilidade, a iniciativa popular de lei, a ação popular e a organização e participação de partidos políticos.</p> <p>IV. Podem alistar-se como eleitores, dentre outros, os conscritos, durante o período do serviço militar obrigatório.</p> <p>V. São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge, viúvo ou viúva e os parentes consanguíneos, até o terceiro grau ou por adoção, dos detentores de cargos no executivo ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito.</p> <p>Está correto APENAS o que se afirma em:</p> <p>(A) I, II e V.</p> <p>(B) I, III e IV.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II, IV e V.</p> <p>(E) III e IV.</p>
<p>29. Quanto aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, previstos na Constituição Federal, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas o direito a petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.</p> <p>(B) é plena a liberdade de associação, inclusive de natureza paramilitar.</p> <p>(C) é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.</p> <p>(D) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.</p> <p>(E) é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além de indenização por dano material, moral ou à imagem.</p>	
<p>30. Dentre outros, NÃO é privativo de brasileiro nato o cargo de</p> <p>(A) Ministro do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(B) Presidente da Câmara dos Deputados.</p> <p>(C) Oficial das Forças Armadas.</p> <p>(D) Ministro da Justiça.</p> <p>(E) Presidente do Senado Federal.</p>	
<p>31. Além de outras, compete administrativamente e de forma exclusiva à União</p> <p>(A) organizar, manter e executar a inspeção do trabalho.</p> <p>(B) proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.</p> <p>(C) proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.</p> <p>(D) combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.</p> <p>(E) registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios.</p>	<p>33. Em relação aos Direitos Sociais dos trabalhadores urbanos e rurais, estabelece a Constituição Federal, além de outros, que</p> <p>(A) nas empresas de mais de 120 (cento e vinte) empregados, é assegurada a eleição de até três representantes destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes os entendimentos direto com os empregadores.</p> <p>(B) é assegurada a igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.</p> <p>(C) é vedada a dispensa do empregado sindicalizado eleito, até 2 anos após o final do mandato.</p> <p>(D) a remuneração do serviço extraordinário deve ser superior, no mínimo, em 30% à do normal.</p> <p>(E) a ação quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, tem prazo prescricional de 2 anos para os trabalhadores rurais e 5 para os urbanos, até o limite de 1 ano após a extinção do contrato de trabalho.</p>

<p>34. Compromete-se de</p> <p>I. quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução;</p> <p>II. quinze Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal;</p> <p>III. vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de 35 e menos de 65 anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal;</p> <p>IV. quinze membros com mais de 35 e menos de 66 anos de idade, nomeados pelo Presidente da República, com mandato de dois anos, admitida uma recondução, depois de aprovada e escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.</p> <p>As afirmações acima tratam, respectivamente, do:</p> <p>(A) Conselho Nacional de Justiça; Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Superior Eleitoral e Superior Tribunal Militar.</p> <p>(B) Tribunal Superior Eleitoral; Conselho Nacional de Justiça; Superior Tribunal Militar e Conselho Nacional do Ministério Público.</p> <p>(C) Superior Tribunal Militar; Conselho Nacional de Justiça; Conselho Nacional do Ministério Público e Tribunal Superior do Trabalho.</p> <p>(D) Tribunal Superior do Trabalho; Superior Tribunal Militar; Conselho Nacional do Ministério Público e Tribunal Superior Eleitoral.</p> <p>(E) Conselho Nacional do Ministério Público; Superior Tribunal Militar; Tribunal Superior do Trabalho e Conselho Nacional de Justiça.</p>	<p>38. A respeito do contrato de mandato, é correto afirmar que</p> <p>(A) não deve o mandatário concluir o negócio já começado, ainda se houver perigo na demora, se estiver ciente da morte do mandante.</p> <p>(B) o mandatário tem sobre a coisa de que tenha posse em virtude do mandato direito de retenção, até se reembolsar do que no desempenho do encargo despendeu.</p> <p>(C) o mandatário pode compensar os prejuízos a que deu causa com os proveitos que, por outro lado, tenha granjeado ao seu constituinte.</p> <p>(D) a aceitação do mandato não pode ser tácita por expressa vedação do Código Civil Brasileiro.</p> <p>(E) o mandato não se extingue com a morte do mandatário, transmitindo-se as respectivas obrigações aos herdeiros.</p> <hr/> <p>39. Considere as assertivas a respeito da responsabilidade civil:</p> <p>I. Se a vítima tiver concorrido culposamente para o evento danoso, a sua indenização será fixada tendo-se em conta a gravidade de sua culpa em confronto com a do autor do dano.</p> <p>II. O direito de exigir a reparação e a obrigação de prestá-la são personalíssimos e não se transmitem com a herança.</p> <p>III. Aquele que habitar prédio, ou parte dele, responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem ou forem lançadas em lugar indevido.</p> <p>Está correto APENAS o que se afirma em:</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) II e III.</p>
<p>35. O negócio jurídico concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou, é</p> <p>(A) inexistente.</p> <p>(B) nulo.</p> <p>(C) válido.</p> <p>(D) anulável.</p> <p>(E) ineficaz.</p>	<p>40. A respeito da evicção é correto afirmar que</p> <p>(A) a responsabilidade pela evicção não subsiste para o alienante se a coisa alienada estiver deteriorada, havendo ou não dolo do adquirente.</p> <p>(B) o alienante responde pela evicção em qualquer contrato, mesmo não oneroso.</p> <p>(C) as partes não podem diminuir, nem excluir a responsabilidade pela evicção.</p> <p>(D) a garantia da evicção subsiste ainda que a aquisição se tenha realizado em hasta pública.</p> <p>(E) o adquirente pode demandar pela evicção mesmo se sabia que a coisa era litigiosa.</p>
<p>36. A pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular prescreve em</p> <p>(A) 5 anos.</p> <p>(B) 4 anos.</p> <p>(C) 3 anos.</p> <p>(D) 2 anos.</p> <p>(E) 1 ano.</p>	<p>41. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, em relação ao contrato individual de trabalho por prazo determinado, é correto afirmar que</p> <p>(A) em regra, é permitido fazer novo contrato de trabalho por prazo determinado com o mesmo empregado após três meses da conclusão do pacto anterior.</p> <p>(B) o contrato de trabalho por prazo determinado que, tácita ou expressamente, for prorrogado mais de uma vez passará a vigorar sem determinação de prazo.</p> <p>(C) o contrato de experiência poderá ser celebrado por escrito ou verbalmente pelo prazo máximo de 60 dias.</p> <p>(D) o contrato de trabalho por prazo determinado que tratar de atividades empresariais de caráter transitório, poderá ser estipulado por 3 anos.</p> <p>(E) em regra, 20 dias antes a extinção do contrato por prazo determinado, o empregador dará aviso prévio ao empregado.</p>
<p>37. A respeito da cessão de crédito, é correto afirmar que</p> <p>(A) o cessionário de crédito hipotecário não tem o direito de fazer averbar a cessão no registro de imóveis.</p> <p>(B) o cedente responde sempre, com ou sem estipulação contratual, pela solvência do devedor.</p> <p>(C) a cessão do crédito tem eficácia em relação ao devedor independentemente de qualquer notificação nesse sentido ou declaração de ciência da cessão feita por parte dele.</p> <p>(D) a cessão de um crédito nunca abrange todos os seus acessórios, devendo, para tanto, tal circunstância estar expressa no instrumento da cessão.</p> <p>(E) ocorrendo várias cessões do mesmo crédito, prevalece a que se completar com a tradição do título do crédito cedido.</p>	

<p>42. Considere as seguintes assertivas a respeito da Remuneração:</p> <p>I. Não se incluem nos salários as ajudas de custo, assim como as diárias para viagens que não excedam 50% do salário percebido pelo empregado.</p> <p>II. Como regra, a assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada diretamente ou mediante seguro-saúde pelo empregador, compreende-se no salário, para todos os efeitos legais.</p> <p>III. Para todos os efeitos legais, as gorjetas não estão compreendidas na remuneração do empregado, uma vez que não se tratam de contraprestação de serviços.</p> <p>De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho está correto APENAS o que se afirma em:</p> <p>(A) I. (B) I e II. (C) I e III. (D) II. (E) II e III.</p>	<p>45. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, à empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança a partir de um ano até 4 anos de idade, será concedido o período de licença maternidade de</p> <p>(A) 15 dias. (B) 30 dias. (C) 60 dias. (D) 90 dias. (E) 120 dias.</p>
<p>43. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, salvo se cometer falta grave nos termos da Lei, fica vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir</p> <p>(A) do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação de entidade sindical, até um ano após o final do seu mandato, caso seja eleito, exceto como suplente.</p> <p>(B) do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação de entidade sindical, até o final do seu mandato, caso seja eleito, inclusive como suplente.</p> <p>(C) da data da eleição ao cargo de direção ou representação de entidade sindical, até um ano após o final do seu mandato, caso seja eleito, exceto como suplente.</p> <p>(D) do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação de entidade sindical, até um ano após o final do seu mandato, caso seja eleito, inclusive como suplente.</p> <p>(E) do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação de entidade sindical, até o final do seu mandato, caso seja eleito, exceto como suplente.</p>	<p>46. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, em relação às Comissões de Conciliação Prévia é correto afirmar que</p> <p>(A) o mandato dos membros da Comissão de Conciliação Prévia instituída no âmbito da empresa é de 2 anos, permitida duas reconduções.</p> <p>(B) a Comissão de Conciliação Prévia instituída no âmbito da empresa será composta de, no mínimo, dois e, no máximo, dez membros.</p> <p>(C) o termo de conciliação não é título executivo extrajudicial, mas terá eficácia liberatória geral, inclusive quanto às parcelas expressamente ressalvadas.</p> <p>(D) um terço dos membros da Comissão de Conciliação Prévia instituída no âmbito da empresa será indicada pelos empregados.</p> <p>(E) a Comissão de Conciliação Prévia instituída no âmbito da empresa terá como representantes suplentes o dobro do número de representantes titulares.</p>
<p>44. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, o aviso prévio</p> <p>(A) fornecido pelo empregador, possibilitará que o empregado falte ao serviço, durante o prazo do aviso, por 10 dias corridos, sem o prejuízo do salário integral.</p> <p>(B) indenizado será integrado pelo valor das horas extraordinárias efetuadas pelo empregado, ainda que realizadas em caráter eventual.</p> <p>(C) não concedido por parte do empregado dá ao empregador o direito de descontar das verbas rescisórias um salário mínimo vigente a época, a título de sanção pecuniária.</p> <p>(D) fornecido pelo empregador, possibilitará a redução do horário de trabalho do empregado, durante o prazo do aviso, em três horas diárias, sem o prejuízo do salário integral.</p> <p>(E) não concedido por parte do empregador dá ao empregado o direito aos salários correspondentes ao prazo do aviso, garantida sempre a integração desse período no seu tempo de serviço.</p>	<p>47. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, o trabalho noturno</p> <p>(A) terá remuneração superior à do diurno e, para esse efeito, sua remuneração terá um acréscimo de 15%, pelo menos, sobre a hora diurna.</p> <p>(B) será aquele realizado, pelos empregados urbanos, entre às 21 horas de um dia e às 4 horas do dia seguinte.</p> <p>(C) terá remuneração superior à do diurno e, para esse efeito, sua remuneração terá um acréscimo de 10%, pelo menos, sobre a hora diurna.</p> <p>(D) terá a sua hora reduzida, que será computada como de 52 minutos e 30 segundos.</p> <p>(E) será aquele realizado, pelos empregados urbanos, entre às 24 horas de um dia e às 6 horas do dia seguinte.</p>

<p>48. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, em relação aos atos, termos e prazos processuais é correto afirmar que</p> <p>(A) os prazos processuais são contínuos e irrelevantes, não podendo, em nenhuma hipótese, serem prorrogados.</p> <p>(B) os prazos processuais contam-se com a inclusão do dia do começo e exclusão do dia do vencimento.</p> <p>(C) a penhora poderá realizar-se em domingo ou dia feriado, mediante autorização expressa do juiz.</p> <p>(D) em regra, os documentos juntos aos autos poderão ser desentranhados em qualquer momento, independentemente de ter ocorrido o encerramento do processo.</p> <p>(E) os atos e termos processuais poderão ser datilografados ou a carimbo, sendo vedado o ato processual escrito a tinta.</p>	<p>52. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, em relação as provas, é correto afirmar que</p> <p>(A) cada uma das partes poderá indicar até 4 testemunhas, inclusive quando se tratar de inquérito.</p> <p>(B) o depoimento das partes e testemunhas que não souberem falar a língua nacional será feito por meio de intérprete nomeado pelo juiz.</p> <p>(C) a testemunha que for parente até o quarto grau civil de qualquer das partes, não prestará compromisso e seu depoimento valerá como simples informação.</p> <p>(D) o depoimento de uma testemunha poderá ser ouvido pelas demais que tenham de depor no processo.</p> <p>(E) em regra, as testemunhas comparecerão a audiência mediante expressa e comprovada notificação ou intimação.</p>
<p>49. Considere as seguintes assertivas a respeito das Exceções no Processo do Trabalho:</p> <p>I. Apresentada a exceção de incompetência, abrir-se-á vista dos autos ao exceto, por cinco dias improrrogáveis, devendo a decisão ser proferida na primeira audiência ou sessão que se seguir.</p> <p>II. O parentesco por consangüinidade ou afinidade até o quarto grau civil do juiz com relação à pessoa dos litigantes é causa de suspeição do juízo, que poderá ser oposta através de exceção.</p> <p>III. Nas causas da jurisdição da Justiça do Trabalho, somente as exceções de suspeição ou incompetência acarretam a suspensão do feito.</p> <p>De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, está correto APENAS o que se afirma em:</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) III.</p>	<p>53. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, nos dissídios individuais e coletivos do trabalho, as custas relativas ao processo de conhecimento</p> <p>(A) deverão ser pagas pelo Ministério Público do Trabalho, que não goza da isenção legal fornecida a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios.</p> <p>(B) caberão à parte reclamada, pessoa física ou jurídica, sempre que houver acordo, se de outra forma não for convencionado.</p> <p>(C) incidirão, quando houver acordo, à base de 1% sobre o respectivo valor, observado o mínimo legal.</p> <p>(D) incidirão, quando houver extinção do processo sem julgamento do mérito, à base de 1% sobre o valor da causa, observado o mínimo legal.</p> <p>(E) no caso de procedência do pedido formulado em ação declaratória e em ação constitutiva serão calculadas sobre o valor da causa.</p>
<p>50. Contra o despacho que denegar seguimento ao recurso ordinário caberá</p> <p>(A) Agravo de Instrumento, no prazo de 8 dias.</p> <p>(B) Agravo de petição, no prazo de 8 dias.</p> <p>(C) Agravo de instrumento, no prazo de 10 dias.</p> <p>(D) Agravo de petição, no prazo de 10 dias.</p> <p>(E) Recurso de Revista, no prazo de 8 dias.</p>	<p>54. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, em relação aos Embargos à Execução e sua impugnação é correto afirmar que</p> <p>(A) nos Embargos à Execução não haverá audiência de instrução e julgamento para a produção das provas, por expressa vedação legal.</p> <p>(B) garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 8 dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação.</p> <p>(C) a matéria de defesa será restrita às alegações de cumprimento da decisão ou do acordo, quitação ou prescrição da dívida.</p> <p>(D) julgar-se-ão em sentenças separadas, os embargos e as impugnações à liquidação apresentadas pelos credores trabalhista e previdenciário.</p> <p>(E) garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 10 dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação.</p>
<p>51. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, o Procedimento Sumaríssimo</p> <p>(A) poderá ser aplicado nas demandas em que é parte a Administração Pública autárquica e fundacional.</p> <p>(B) será aplicado nos dissídios individuais cujo valor não exceda a sessenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação.</p> <p>(C) será aplicado nos dissídios individuais cujo valor não exceda a vinte vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação.</p> <p>(D) terá todas as provas produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente.</p> <p>(E) permite às partes arrolarem até no máximo 3 testemunhas cada, as quais comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.</p>	

55. João e Maria residem com a família na sede de uma grande fazenda de sua propriedade situada na zona rural e estão sendo executados por dívida bancária contraída em nome de ambos. Nesse caso, a impenhorabilidade prevista pela Lei nº 8.009, de 29.03.90
- (A) restringir-se-á à sede de moradia, com os respectivos bens móveis quitados.
 - (B) incluirá toda a propriedade, exceto as terras produtivas e as benfeitorias.
 - (C) incluirá somente a parte improdutiva das terras, não alcançando as produtivas, por tratar-se de imóvel rural.
 - (D) alcançará a metade das terras, sejam ou não produtivas, por tratar-se de imóvel rural.
 - (E) alcançará toda a propriedade, incluindo a sede e os respectivos bens móveis, as terras, as benfeitorias, por tratar-se de imóvel rural.

56. Considere as seguintes assertivas a respeito das partes no processo de execução:

- I. Na desistência da execução serão extintos os embargos que versarem apenas sobre questões processuais, pagando o credor as custas e os honorários advocatícios.
- II. Nas obrigações alternativas, quando a escolha couber ao devedor, este será citado para exercer a opção e realizar a prestação dentro de 5 dias, se outro prazo não lhe foi determinado em lei, no contrato, ou na sentença.
- III. É lícito ao credor, sendo o mesmo o devedor, cumular várias execuções, ainda que fundadas em títulos diferentes, desde que para todas elas seja competente o juiz e idêntica a forma do processo.

De acordo com o Código de Processo Civil está correto APENAS o que se afirma em:

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II.
- (E) II e III.

57. De acordo com o Código de Processo Civil, o recurso adesivo

- (A) será interposto perante a autoridade competente para admitir o recurso principal, no prazo de 10 dias.
- (B) será admissível na apelação, nos embargos infringentes, no recurso extraordinário e no recurso especial.
- (C) será conhecido ainda que ocorra desistência do recurso principal.
- (D) será conhecido ainda que o recurso principal seja declarado inadmissível ou deserto.
- (E) não terá, em regra, a aplicação das mesmas regras do recurso principal quanto às condições de admissibilidade e não depende de preparo.

58. Extingue-se o processo sem julgamento de mérito
- (A) quando o juiz pronunciar a prescrição.
 - (B) quando o réu reconhecer a procedência do pedido do autor.
 - (C) quando as partes transigirem.
 - (D) quando o autor renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação.
 - (E) pela convenção de arbitragem.

59. De acordo com o Código de Processo Civil, NÃO tem a prerrogativa de ser inquirido como testemunha em sua residência, ou onde exerce a sua função o
- (A) Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.
 - (B) Deputado Estadual.
 - (C) Procurador Geral da República.
 - (D) Prefeito Municipal.
 - (E) Ministro de Estado.

60. De acordo com o Código de Processo Civil, em relação a capacidade processual é correto afirmar que
- (A) ambos os cônjuges serão necessariamente citados para as ações que versem sobre direitos reais imobiliários.
 - (B) nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu é indispensável, exceto nos casos de composses ou de ato por ambos praticados.
 - (C) as sociedades sem personalidade jurídica, quando demandadas, poderão opor a irregularidade de sua constituição.
 - (D) verificando a incapacidade processual ou a irregularidade da representação das partes, o juiz, de plano, extinguirá o processo sem julgamento do mérito.
 - (E) a herança jacente ou vacante será representada em juízo, ativa e passivamente, pelo inventariante.

REDAÇÃO OFICIAL

Observando-se a **formalidade**, a **impessoalidade** e a **padronização** que, entre outros atributos, devem caracterizar uma redação oficial, atenda ao que abaixo se pede.

1. Redija um **ofício**, dirigido a seu superior hierárquico de um órgão do Poder Público – *superior hierárquico e Poder Público* que cabe a você determinar quais sejam.
2. O **assunto** desse ofício deve ser a necessidade de novos funcionários para a sua seção.
3. **Fundamente**, de modo claro e objetivo, as razões dessa necessidade.

Na redação desse ofício, atente para todas as normas do padrão culto da língua, com especial atenção para as formas de tratamento.

R A S C U N H O